



CRBio-01

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA – 1ª REGIÃO

Concurso Público

002. PROVA OBJETIVA

Analista – Advogado

(CÓD. 04)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** Uma entidade de classe de âmbito nacional, constatada a pertinência temática, ajuizou uma ação direta de controle de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, na qual pede a declaração de inconstitucionalidade do artigo 1º de uma lei estadual e, também, de constitucionalidade do artigo 2º da mesma lei. Nessa situação, é correto afirmar que, em tese,
- (A) a entidade autora tem legitimidade para a propositura da ação, mas não seria possível acumular pedido típico de ADI com outro pedido típico de ADC em uma mesma ação.
 - (B) seria possível acumular pedidos de ADI e de ADC na mesma ação, mas a entidade autora não possui legitimidade para a propositura da demanda no controle concentrado.
 - (C) a entidade autora possui legitimidade ativa e os tipos de pedidos podem ser acumulados na mesma demanda objetiva, mas lei estadual não pode ser objeto de pedido de declaração de constitucionalidade.
 - (D) a entidade autora não tem legitimidade para a propositura da ação, os pedidos feitos não podem ser acumulados em uma mesma ação e lei estadual não pode ser objeto de pedido de declaração de constitucionalidade.
 - (E) a entidade autora possui legitimidade ativa, ambos os pedidos podem ser acumulados na mesma ação, mas lei estadual não pode ser objeto de declaração de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- 02.** Assinale a alternativa correta a respeito do recurso extraordinário.
- (A) Pode ser interposto nas causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
 - (B) A repercussão geral das questões constitucionais, que deve ser demonstrada pelo recorrente, somente pode ser aceita pelo STF pela manifestação de dois terços de seus membros.
 - (C) Não pode ser interposto para discutir decisão, mesmo em causas decididas em última ou única instância, que tenha declarado inconstitucional tratado internacional.
 - (D) Pode ser interposto nas causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.
 - (E) É admissível a interposição do recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.
- 03.** Conforme as regras de repartição de competências legislativas constitucionais, matéria sobre direito econômico e urbanístico é competência
- (A) privativa da União.
 - (B) em que a União deve limitar-se a estabelecer normas gerais.
 - (C) comum entre União, Estados e Distrito Federal.
 - (D) comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (E) concorrente entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- 04.** O Congresso Nacional aprovou uma medida provisória sobre matéria relativa a benefícios previdenciários, mas idêntica matéria já havia sido disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e encontrava-se pendente de sanção ou veto do Presidente da República. Nessa hipótese, considerando o disposto na Constituição Federal acerca do processo legislativo, é correto afirmar que
- (A) a medida provisória deve prevalecer sobre o projeto de lei, pois aprovada antes da sanção do Presidente da República.
 - (B) o projeto de lei deve prevalecer ante à medida provisória, uma vez que esta não pode disciplinar matéria atinente a benefício previdenciário.
 - (C) a medida provisória prevalecerá sobre o projeto de lei apenas se este for totalmente vetado pelo Presidente da República.
 - (D) o projeto de lei deve prevalecer sobre a medida provisória, pois matéria sobre benefício previdenciário não atende aos requisitos de relevância e urgência.
 - (E) o projeto de lei deve prevalecer sobre a medida provisória, que, no caso, não poderia ser editada sobre a matéria pendente de sanção ou veto presidencial.
- 05.** Segundo o que dispõem, expressamente, as normas constitucionais que tratam do Tribunal de Contas da União, as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa
- (A) devem reverter o valor arrecadado em favor do próprio Tribunal.
 - (B) serão registradas em livro próprio e deverão aguardar o respectivo pagamento por cinco anos.
 - (C) serão objeto de cobrança e arrecadação pelo Ministério Público do Tribunal.
 - (D) terão eficácia de título executivo.
 - (E) devem ser exigidas por meio de processo judicial perante o Tribunal Regional Federal.

06. Considerando o disposto na Constituição Federal e nas súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o *habeas corpus*, assinale a alternativa correta.

- (A) É cabível o *habeas corpus*, ainda que extinta a pena privativa de liberdade, se o autor demonstrar interesse subjetivo no seu resultado.
- (B) Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, exceto no processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- (C) Sentença de primeira instância concessiva de *habeas corpus*, em caso de crime praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, não está sujeita a recurso *ex officio*.
- (D) É cabível recurso de *habeas corpus* cujo objeto seja resolver sobre o ônus das custas, ainda que não esteja mais em causa a liberdade de locomoção.
- (E) O assistente do Ministério Público não pode recorrer, extraordinariamente, de decisão concessiva de *habeas corpus*.

07. Nos termos do disposto na Constituição Federal quanto à Ordem Econômica e Financeira,

- (A) as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado, a não ser para fins de relevante interesse público.
- (B) é vedada a exploração direta de atividade econômica pelo Estado.
- (C) a lei disciplinará, com base no respectivo interesse privado, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- (D) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- (E) lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, o incentivo à concorrência e ao aumento dos lucros.

08. A Constituição Federal estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- (A) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e impedir o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- (B) promover a diversidade e a exploração comercial do patrimônio genético do País e incentivar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- (C) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- (D) definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, nos quais serão vedadas por lei a alteração e a supressão.
- (E) definir, por meio de lei federal, os valores que os poluidores e exploradores do meio ambiente devem pagar a título de compensação ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO

09. Os Conselhos Federal e Regionais de Biologia constituem, em conjunto, uma autarquia federal, cujo objetivo é orientar, disciplinar, e fiscalizar o exercício da profissão de biólogo. É correto afirmar que referida autarquia tem

- (A) personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira, uma vez que seu orçamento é composto por contribuições dos profissionais registrados.
- (B) personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira e é sujeita à supervisão ministerial.
- (C) personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e é sujeita à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União.
- (D) personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e financeira e integra a Administração indireta.
- (E) personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, e é sujeita a controle administrativo, integrando a Administração direta.

- 10.** Viola a Constituição Federal a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança
- (A) ou, ainda, de função gratificada, exceto se for na Administração indireta.
 - (B) ou, ainda, de cargo provido por concurso.
 - (C) no âmbito da Administração Pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (D) não se estendendo às designações recíprocas no âmbito do Poder Judiciário.
 - (E) ainda que realizadas anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o nomeado, designado ou contratado.
- 11.** Resolução do Conselho Federal de Biologia, subscrita por seu presidente, e que estabelece requisitos mínimos para o biólogo atuar em pesquisas, projetos, perícias e outras atividades, é ato administrativo
- (A) complexo, porque resulta da conjugação de vontade de órgãos diferentes.
 - (B) composto, porque espelha a vontade dos Conselhos Regionais ratificada pela autoridade competente.
 - (C) concreto, porque regula a atuação dos Conselhos Regionais.
 - (D) ordinatório, porque disciplina a conduta dos seus agentes.
 - (E) normativo, porque expedido por alta autoridade para regulamentar competência exclusiva.
- 12.** A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos, observando-se que
- (A) não pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
 - (B) a delegação só pode ser feita a outros órgãos ou titulares hierarquicamente subordinados.
 - (C) o ato de delegação é revogável pela autoridade delegante, desde que decorrido o prazo mínimo de um mês.
 - (D) podem ser objeto de delegação os atos de caráter normativo expressamente constantes do ato, que deverá ser motivado.
 - (E) as decisões adotadas por delegação considerar-se-ão editadas pelo delegante.
- 13.** Entre as modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/93, temos
- (A) o credenciamento, que deverá estar permanentemente aberto a todos os interessados, pessoas físicas e jurídicas, que atendam aos requisitos estabelecidos no Edital.
 - (B) o convite, que deverá ser endereçado aos fornecedores do ramo pertinente, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, desde que estejam previamente cadastrados.
 - (C) a concorrência, aberta a quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
 - (D) a tomada de preços, que pode ser utilizada nos casos em que couber convite, desde que os interessados estejam previamente cadastrados.
 - (E) o leilão, destinado exclusivamente à alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- 14.** A delegação, pela Administração Pública, da prestação de serviço público, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, sem contrapartida do poder concedente, pode ser formalizada por meio de
- (A) autorização, desde que precedida de licitação.
 - (B) permissão, independentemente de procedimento licitatório.
 - (C) parceria público privada, na modalidade concessão patrocinada.
 - (D) contrato de gestão com organização da sociedade civil de interesse público.
 - (E) concessão, precedida de licitação na modalidade concorrência.

15. A condenação dos Estados ao pagamento de indenização às famílias de detentos, ainda que mortos por outros presos, encontra fundamento na
- (A) teoria do risco integral.
 - (B) expressa previsão legal da existência de responsabilidade solidária.
 - (C) responsabilidade solidária, que independe da culpa dos agentes públicos na fiscalização.
 - (D) responsabilidade objetiva, prevista na Constituição Federal.
 - (E) teoria do risco integral, cujo reconhecimento independe da comprovação de nexo causal.
16. As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa
- (A) são aplicáveis independentemente da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.
 - (B) não podem ser impostas a membros do Conselho Regional de Biologia, porque são eleitos para o exercício de mandato.
 - (C) não se aplicam aos atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público.
 - (D) não são cabíveis em caso de omissão culposa, ainda que enseje perda patrimonial nas entidades referidas na lei.
 - (E) quando implicarem na perda da função pública e na suspensão dos direitos políticos, se efetivarão independentemente do trânsito em julgado da sentença condenatória, assegurada a reintegração em caso de improcedência da ação.
17. Assinale a alternativa correta sobre a validade dos negócios jurídicos.
- (A) O prazo decadencial para pleitear a anulação de negócio jurídico celebrado por pessoa relativamente incapaz é de 4 (quatro) anos, contados da data da celebração do negócio.
 - (B) Em caso de simulação do negócio jurídico, subsistirá o negócio dissimulado, se válido for na forma e substância.
 - (C) A invalidade do instrumento implica na invalidade do próprio negócio jurídico, ainda que este puder provar-se por outro meio.
 - (D) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.
 - (E) É absolutamente nulo o negócio jurídico realizado sob coação.
18. Assinale a alternativa correta sobre as provas e seus meios de produção, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.
- (A) A pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhe assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva.
 - (B) O sobrinho de determinada parte pode ser admitido para produção de prova testemunhal.
 - (C) A confissão é ato personalíssimo, sendo absolutamente ineficaz a confissão realizada por representante legal ou convencional.
 - (D) Os menores entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos não podem ser admitidos como testemunhas.
 - (E) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.
19. Assinale a alternativa correta sobre o direito das obrigações.
- (A) Não perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.
 - (B) Quando o pagamento for em quotas periódicas, a quitação da última estabelece presunção *juris et de jure* de estarem solvidas as anteriores.
 - (C) O credor não pode ceder seu crédito, salvo se houver expressa permissão legal ou cláusula permissiva de cessão.
 - (D) Nas obrigações alternativas a escolha cabe, em regra, ao credor.
 - (E) Ocorre o vencimento antecipado da dívida quando se tornarem insuficientes as garantias do débito, e o devedor, intimado, se negar a reforçá-las.

20. Havendo constatação de vício redibitório, o alienante que conhecia o vício da coisa fica obrigado a restituir o que recebeu
- (A) em dobro.
 - (B) acrescido da metade.
 - (C) em dobro, mais perdas e danos.
 - (D) mais perdas e danos.
 - (E) acrescido das despesas do contrato.
21. Assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade civil de indenizar, no âmbito da relação civil paritária.
- (A) Pela teoria da responsabilidade civil objetiva, há responsabilidade civil de indenizar mesmo que inexistente nexos causal entre o ato ilícito e o dano suportado.
 - (B) Aquele que danifica bem de terceiro, com o fim de remover perigo iminente (não causado pelo terceiro prejudicado), fica exonerado do dever de indenizar.
 - (C) Pela legislação brasileira, é proibida a estipulação de cláusula limitativa do dever de indenizar.
 - (D) Aplica-se a responsabilidade civil subjetiva quando a atividade normalmente desenvolvida pelo agente implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
 - (E) Mede-se a indenização pela extensão do dano, mas, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, admite-se a redução equitativa da indenização.
22. Assinale a alternativa correta sobre o direito de preferência, no contexto da locação de imóveis urbanos (Lei nº 8.245/91).
- (A) A notificação com o objetivo de facultar ao locatário o exercício do direito de preferência deve ser realizada exclusivamente por notificação judicial, ou por notificação extrajudicial, via cartório.
 - (B) O locatário tem a prerrogativa de exercer o direito de preferência também nos casos de permuta, doação e integralização de capital.
 - (C) Se o imóvel estiver sublocado em sua totalidade, caberá a preferência primeiro ao sublocatário e, após, ao locatário.
 - (D) O locatário preterido no seu direito de preferência poderá haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de trinta dias, a contar do registro do ato no cartório de registro de imóvel, independentemente da existência de prévia averbação do contrato de locação na matrícula do bem.
 - (E) Não há direito de preferência no caso de dação em pagamento, salvo se o locatário também for credor do locador.
23. Miranda passa por sérios problemas de saúde e tem necessidade iminente de realizar uma cirurgia que, se não for efetivada num prazo de 48 horas, poderá levá-lo a óbito. Ele contrata um convênio médico há mais de 20 anos e, ao solicitar autorização para essa cirurgia, recebeu negativa dizendo que estava no prazo da carência. Nesse caso, como advogado de Miranda, você
- (A) deverá requerer uma tutela de evidência em caráter antecedente, uma vez que a urgência é contemporânea à propositura da ação.
 - (B) poderá requerer tutela de urgência cautelar de forma antecedente e, após a concessão da liminar, terá 15 dias úteis para aditar a inicial.
 - (C) poderá requerer tutela de urgência antecipada, sendo que, após o deferimento da liminar, o juiz concederá prazo de, no mínimo, 15 dias para que seja realizado o aditamento.
 - (D) deverá requerer tutela de urgência antecipada, necessariamente em caráter incidental, sendo que, caso não seja interposto recurso contra a liminar deferida, esta se estabilizará.
 - (E) deverá requerer uma tutela cautelar incidental, uma vez que a urgência é contemporânea à propositura da ação.
24. João demanda contra José, pelo procedimento comum. José, porém, entende que possui direitos a serem constituídos contra João. Nesse caso, é correto afirmar que
- (A) José poderá contestar, e em peça apartada fazer reconvenção, sendo os prazos comuns. Caso a contestação seja protocolada antes, haverá preclusão consumativa para a apresentação da reconvenção.
 - (B) João poderá protocolar sua manifestação sobre eventual contestação apresentada por José caso este, em sua defesa, alegue fato impeditivo, modificativo ou extintivo aos seus direitos, permitindo-lhe o juiz a produção de provas.
 - (C) José deverá apresentar contestação com a reconvenção, sob pena de preclusão acerca de eventuais direitos que ele pretenda constituir contra João.
 - (D) se João requerer a desistência da ação em que José tenha feito reconvenção, ambas serão extintas, sem necessidade da anuência de José.
 - (E) se além de José, Antônio também possuir direitos conexos com os que estão sendo discutidos na ação proposta por João, não poderá apresentar eventual reconvenção nos autos, conjuntamente com José, pela vedação expressa na lei acerca da formação de litisconsórcio em sede de reconvenção.

25. Juma de Oliveira propôs demanda contra Epitácio da Silva, que tramita numa das Varas comuns de São Paulo, cujo objeto é a condenação do réu por danos materiais e morais. Um dos pedidos da petição inicial foi a concessão de liminar de tutela provisória de urgência antecipada incidental, que restou indeferida pelo juiz. Mais adiante, na audiência de instrução e julgamento, Epitácio ofereceu contradita a uma das testemunhas de Juma, o que foi indeferido. Ao final, a ação foi julgada parcialmente procedente. Juma recorreu e Epitácio não. Na data de hoje, Epitácio foi intimado para oferecer o contraditório ao recurso interposto por Juma.

Diante dos fatos, nos termos do texto processual de 2015, assinale a alternativa correta.

- (A) O recurso contra a sentença de parcial procedência interposto por Juma é o de Apelação, que se no Tribunal for provida por maioria de votos, poderá ser objeto de Embargos Infringentes.
- (B) O recurso que Epitácio pode interpor contra o indeferimento da contradita na audiência de instrução e julgamento é o Agravo Retido.
- (C) Contra a decisão que indeferiu a liminar, Epitácio poderá interpor o recurso de Agravo de Instrumento.
- (D) No caso apresentado, Epitácio poderá oferecer Contrarrazões de Apelação, e se for de seu interesse, interpor Recurso de Apelação na forma adesiva.
- (E) O novo CPC não autoriza o ingresso de Agravo de Instrumento contra o indeferimento da liminar dado o rol taxativo que se impõe a este recurso.

26. Pedro ingressou com uma ação contra Antônio. A ação foi julgada totalmente procedente, sendo que a decisão está no prazo de recurso. Diante desse quadro, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas Pedro poderá recorrer pelo princípio da sucumbência, sendo que o recurso correto é o de Apelação.
- (B) Se a ação tratar sobre demarcação de terras, Pedro poderá interpor Apelação que não terá efeito suspensivo.
- (C) Caso a sentença confirme a antecipação de tutela, Pedro poderá interpor Agravo Retido contra a decisão.
- (D) Apenas Antônio poderá recorrer pelo princípio da sucumbência, sendo que o recurso correto é o de Apelação.
- (E) Em se tratando de decisão que estabeleça convenção de arbitragem, Antônio e Pedro terão interesse em recorrer por meio de Recurso Especial, que não receberá efeito suspensivo.

27. Josefino estava parado no posto de gasolina da rede *Predileto*, abastecendo seu carro, quando, de repente, um helicóptero da empresa *Duro na Queda* cai sobre tal estabelecimento, morrendo na explosão todos que estavam no helicóptero e no posto. Nesse caso, com relação à liame que agora une essas partes, é correto afirmar que Josefino

- (A) é considerado consumidor em relação ao posto de gasolina, mas não em relação à empresa dona do helicóptero.
- (B) é consumidor por equiparação com as duas empresas.
- (C) é consumidor por equiparação em relação à empresa do helicóptero, mas com relação ao posto de gasolina, mantém uma relação civil, tutelada pelo Código Civil.
- (D) mantinha relação civil e não de consumo com ambas as empresas.
- (E) é consumidor tanto do posto quanto da empresa *Duro na Queda*, sendo que da última é assim considerado por equiparação.

28. A loja virtual *Liznet* vende computadores e aparelhos eletrônicos. Helena adquiriu nesse site um computador e, depois de três dias que o havia recebido, resolveu que não queria mais o produto. Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) não há possibilidade de devolução do produto por desinteresse, tendo em vista que a legislação só autoriza a troca ou devolução de dinheiro em evento de vício do produto.
- (B) há possibilidade apenas da troca por outro produto, sendo que se o outro tiver preço menor, Helena deverá escolher outro produto para inteirar o valor do computador anteriormente adquirido.
- (C) poderá Helena se arrepender e desfazer o negócio sem justificar o motivo em até 90 dias, por se tratar de produto durável.
- (D) uma vez que a compra foi realizada fora do estabelecimento comercial, Helena poderá se arrepender em até 7 dias a contar da data em que receber o produto, sem a necessidade de justificar os motivos de sua decisão.
- (E) o prazo para se arrepender da compra feita fora do estabelecimento comercial é de 7 dias a contar da data da compra, sendo que a *Liznet* só é obrigada a receber de volta se detectado um vício no produto.

- 29.** O Shopping Center *MILLOR*, que está estabelecido na cidade de Mogi Mirim, oferece estacionamento gratuito a seus frequentadores e colocou inúmeras faixas esclarecendo que não se responsabiliza pelos automóveis lá estacionados, exatamente por não cobrar por tais serviços. Diante desse quadro, é correto afirmar que
- (A) o conceito de serviço na legislação exige o pagamento para que tal serviço seja objeto de relação de consumo e, dessa forma, é correta a informação dada pelo shopping.
 - (B) o shopping só teria responsabilidade caso não informasse sobre essa exceção, tendo em vista a aplicação do princípio da transparência e informação que se aplica às relações de consumo.
 - (C) a remuneração descrita nesse caso deve ser entendida como indireta e, dessa forma, a relação do shopping com os frequentadores que usam o estacionamento é de consumo.
 - (D) a informação prestada, mesmo em caso de remuneração indireta do serviço prestado, ilide a responsabilidade do shopping pela existência da oferta que vincula as partes.
 - (E) a remuneração, direta ou indireta, não é fator preponderante para caracterização de prestação de um serviço, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.
- 30.** Determinada empresa de roupas fez anúncio em um jornal de grande circulação de São Paulo, colocando as seguintes frases: “Sempre pensando no figurino das sereias e nunca das baleias” e “Não basta ser magra para ser linda, tem que se vestir bem”. Um órgão que defende direitos humanos se insurgiu contra tal anúncio. É correto afirmar que
- (A) há motivos para tal reclamação, pois a publicidade é enganosa por ação.
 - (B) por se tratar de publicidade enganosa por omissão, há motivos para essa reclamação.
 - (C) não há motivos para qualquer reclamação, pois é apenas uma frase que não causa ofensa a ninguém.
 - (D) a publicidade é abusiva e, por isso, há motivos para reclamar sobre o anúncio.
 - (E) é publicidade enganosa por ação e por omissão ao mesmo tempo, e por tal motivo há razões para a indignação.
- 31.** Sobre a exploração de florestas nativas e formações sucessoras, de domínio público ou privado, é correto afirmar que, em regra,
- (A) o Plano de Manejo Florestal Sustentável deverá atender, dentre outros fundamentos técnicos e científicos, a indeterminação do estoque existente.
 - (B) o detentor do Plano de Manejo Florestal Sustentável encaminhará relatório semestral ao órgão ambiental competente com as informações sobre toda a área de manejo florestal sustentável e a descrição das atividades realizadas.
 - (C) a supressão de florestas e formações sucessoras para uso alternativo do solo deverá acompanhar Plano de Manejo Florestal Sustentável.
 - (D) são obrigadas à reposição florestal as pessoas físicas ou jurídicas que utilizam matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação nativa ou que detenham autorização para supressão de vegetação nativa.
 - (E) há obrigatoriedade da reposição florestal para aquele que utilize costaneiras, aparas, cavacos ou outros resíduos provenientes da atividade industrial.
- 32.** Dentre os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, nos exatos termos da Lei nº 11.445/2007, está:
- (A) proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e outras populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais.
 - (B) estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços.
 - (C) adoção da bacia geográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações.
 - (D) o alcance de índices máximos de desempenho do prestador na gestão técnica, econômica e financeira dos serviços.
 - (E) estímulo à implementação de infraestruturas e serviços comuns a Estados, mediante mecanismos de cooperação entre entes federados.

- 33.** Assinale a alternativa correta sobre a participação do Ministério Público em uma ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente.
- (A) Concorre em legitimidade para propor exclusivamente ação principal com a Defensoria Pública, associação constituída há mais de um ano, e com empresas de economia mista, sendo que para tutelas cautelares possui legitimidade exclusiva.
- (B) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- (C) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público assumirá a titularidade ativa de forma exclusiva.
- (D) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.
- (E) Qualquer pessoa poderá, desde que representada por um servidor público ou por um advogado, provocar a iniciativa do Ministério Público, para propositura da ação ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam seu objeto e indicando-lhe os elementos de convicção.
- 34.** Acerca da proteção ao idoso, descrita na Lei nº 10.741/03, é correto afirmar que
- (A) as ações previstas no Estatuto do Idoso serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência relativa para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores, que são absolutas.
- (B) decorridos 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, poderá fazê-lo o Ministério Público, de forma exclusiva, sem que seja facultada igual iniciativa aos demais legitimados.
- (C) os crimes definidos no Estatuto do Idoso são de ação penal pública condicionada à representação.
- (D) aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- (E) as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso serão fiscalizadas pelos Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária, entre outros previstos em lei.
- 35.** A medida cautelar fiscal poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, nas hipóteses previstas na lei que disciplina a matéria. O requerimento da medida cautelar independerá da prévia constituição do crédito tributário quando o devedor
- (A) sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
- (B) tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando elidir o adimplemento da obrigação.
- (C) aliena bens ou direitos sem proceder à devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em virtude de lei.
- (D) caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens.
- (E) contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
- 36.** Acerca da responsabilidade tributária, estabelece o Código Tributário Nacional que a pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, integral ou subsidiariamente, nos termos em que dispõe.
- Referida responsabilidade, contudo, não se aplica na hipótese de alienação judicial em processo de falência quando o adquirente for
- (A) sócio da sociedade falida.
- (B) sociedade controlada pelo devedor falido.
- (C) parente, em linha reta até o 4º grau consanguíneo do falido.
- (D) parente, em linha colateral até o 4º grau consanguíneo do falido.
- (E) ex-cônjuge do falido.
- 37.** Na forma das respectivas leis, poderão instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública
- (A) a União e os Estados.
- (B) a União e os Municípios.
- (C) os Municípios e o Distrito Federal.
- (D) a União e o Distrito Federal.
- (E) os Estados e os Municípios.

38. Assinale a alternativa que está de acordo com matéria tributária objeto de Súmula.
- (A) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
 - (B) As condutas previstas no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/90, tipificam crime material contra a ordem tributária, antes do lançamento definitivo do tributo.
 - (C) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
 - (D) É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.
 - (E) O ICMS incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.

DIREITO FINANCEIRO

39. Insculpido na Constituição Federal, é princípio orçamentário que proíbe que a lei orçamentária anual contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa e que excepciona de tal proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. Trata-se do princípio da
- (A) anualidade.
 - (B) exclusividade.
 - (C) não vinculação.
 - (D) unidade.
 - (E) totalidade.
40. De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, entende-se por
- (A) restos a pagar.
 - (B) fundo especial.
 - (C) transferência voluntária.
 - (D) investimento.
 - (E) empréstimo programado.

41. Caso o Poder Legislativo não receba a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, deverá
- (A) elaborar o projeto de lei orçamentária.
 - (B) considerar como proposta a lei do orçamento vigente.
 - (C) determinar que o Poder Executivo o faça no prazo máximo de 30 dias.
 - (D) encaminhar reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
 - (E) decretar intervenção.
42. De acordo com Lei Federal nº 4.320/64, os créditos adicionais, quando destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, classificam-se em
- (A) especiais.
 - (B) suplementares.
 - (C) complementares.
 - (D) extraordinários.
 - (E) excepcionais.

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

43. De acordo com o Código Penal Brasileiro,
- (A) nos crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa, o arrependimento posterior isenta de pena o autor do crime, desde que reparado o dano até o recebimento da denúncia ou queixa.
 - (B) responde penalmente, a título de omissão, aquele que deixa de agir para evitar o resultado quando, por lei ou convenção social, tenha obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.
 - (C) o crime é tentado quando, iniciada a execução, o agente impede a realização do resultado.
 - (D) fica sujeito à lei brasileira, embora praticado no estrangeiro, o crime contra o patrimônio dos municípios. O agente será punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido no estrangeiro.
 - (E) o crime praticado sob coação irresistível ou em obediência à ordem de superior hierárquico, desde que não manifestamente ilegal, é punido de forma atenuada.

44. A, proprietário de uma loja, no dia 08 de junho de 2010, objetivando acabar com o estoque de rádio portátil, modelo XR, com um megafone, na calçada em frente ao estabelecimento, passou a propagar que o aparelho tinha conexão por *bluetooth*, informação sabidamente falsa. B, que comprou o rádio em razão da informação enganosa, lavrou Boletim de Ocorrência na Delegacia Especializada em Direito do Consumidor, em 20 de junho de 2010, por suposto crime contra a relação de consumo (art. 7º, inciso VII, da Lei nº 8.137/90), cuja pena prevista é detenção de 02 (dois) a (05) cinco anos e multa, processável por ação penal pública incondicionada. Finalizado o procedimento penal investigatório (inquérito policial), A foi denunciado pelo Ministério Público pelo crime objeto de investigação. A denúncia foi recebida em 20 de julho de 2014 e, encerrada a instrução, A, que contava com 71 (setenta e um) anos na data da sentença, foi condenado, em 15 de novembro de 2016, à pena de detenção de 02 (dois) anos e multa. O Ministério Público não recorreu, transitando em julgado a sentença para a acusação. A defesa apresentou recurso de apelação.

A respeito do caso hipotético, é correto afirmar que a punibilidade de A

- (A) está extinta, pois entre a data do fato e a da publicação da sentença condenatória transcorreram mais de 04 (quatro) anos, período em que a pena a ele imposta prescreve.
- (B) não está extinta, pois entre a data do recebimento da denúncia e a da publicação da sentença condenatória não transcorreu período de 04 (quatro) anos, tempo necessário para que a pena a ele imposta prescreva.
- (C) está extinta, pois entre a data do fato e a do recebimento da denúncia transcorreu período superior a 04 (quatro) anos, tempo necessário para que a pena a ele imposta prescreva.
- (D) está extinta, pois entre a data do recebimento da denúncia e a da publicação da sentença condenatória transcorreu período superior a 02 (dois) anos, tempo necessário para que a pena a ele imposta prescreva.
- (E) não está extinta, pois enquanto não transitada em julgado a sentença condenatória também para a defesa, a prescrição regula-se pelo máximo da pena privativa cominada ao crime, no caso, 12 (doze) anos.

45. De acordo com o Código Penal Brasileiro,

- (A) nos crimes de perigo comum, a forma qualificada só se aplica nos casos em que há dolo do agente.
- (B) quem importa cosmético, sem as características de identidade admitidas para a comercialização, em tese, pratica o crime de falsificação de produto destinado a fim terapêutico.
- (C) quem omite em documento público declaração que dele deveria constar, em tese, pratica o crime de falsificação de documento público, sujeito a pena de reclusão, de 02 (dois) a 06 (seis) anos.
- (D) o fiscal que exige para si vantagem indevida para não lavrar auto de infração, em tese, pratica o crime de excesso de exação.
- (E) o prefeito que, a 10 (dez) meses do fim do mandato, autoriza aumento de despesa com pessoal, em tese, pratica o crime de aumento de despesa total com pessoal no último ano de mandato ou legislatura.

46. Com relação aos crimes contra o meio ambiente, previstos na Lei nº 9.605/98, é correto dizer que

- (A) a prática de grafite, realizada com o intuito de valorizar o patrimônio público, mediante manifestação artística, em espaço público, ainda que sem autorização da autoridade competente, é atípica, não caracterizando o crime de pichação.
- (B) a pessoa jurídica possui responsabilidade civil e administrativa pelas infrações previstas na Lei nº 9.605/98; a responsabilidade penal, contudo, aplica-se apenas à pessoa física de seu representante legal ou presidente de seu órgão colegiado.
- (C) a baixa instrução do agente atenua a pena imposta pela prática de crime ambiental; já a prática do crime em domingos e feriados agrava a pena do agente.
- (D) a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação à pena privativa de liberdade não superior a 02 (dois) anos.
- (E) o juiz pode atenuar a pena em até 2/3 (dois terços) do agente que abateu animal silvestre para saciar a fome de sua família.

47. De acordo com o Código de Processo Penal Brasileiro, a respeito de competência, assinale a alternativa correta.
- (A) Nos casos de crimes conexos, de competência federal e estadual, uma vez unificados os processos, para julgamento único perante a Justiça Federal, a extinção da punibilidade do crime de competência federal faz cessar a competência da Justiça Federal, com a remessa do processo à Justiça Estadual.
 - (B) Conhecido o lugar da infração, mas estando o réu em lugar incerto e não sabido, será competente o Juiz que primeiro tomar conhecimento do fato.
 - (C) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá escolher entre o foro do domicílio do réu e o do lugar da infração para propor a queixa crime.
 - (D) Os processos por crime contra a honra das pessoas que a Constituição sujeita à jurisdição do Supremo Tribunal Federal serão julgados por este.
 - (E) Os crimes praticados a bordo de aeronave nacional, dentro do espaço aéreo correspondente ao território brasileiro, serão processados e julgados pelo Juízo da Capital da República.

48. Em busca e apreensão realizada pela Autoridade Policial em uma copiadora, apreendeu-se quantidade significativa de cópias de obra intelectual (livro), expostas à venda, reproduzidas sem autorização do autor ou titular dos direitos autorais. Foi lavrado termo, assinado por 02 (duas) testemunhas, com descrição de todos os bens apreendidos. Subsequente à apreensão, parte do material foi submetida à perícia, por pessoa tecnicamente habilitada, sendo confeccionado o laudo, conclusivo quanto à violação de direito autoral. Oferecida a denúncia pelo Ministério Público em face do proprietário da copiadora, pelo crime previsto no art. 184, § 2º, do CP (apenado com reclusão de 2 a 4 anos), o Juiz a recebeu, tendo determinado a citação do acusado, para apresentar resposta à acusação, em 10 (dez) dias. A associação da qual o titular dos direitos autorais do livro indevidamente copiado é associado, após regular pedido, foi habilitada como assistente de acusação.

A respeito do caso hipotético, de acordo com o Código de Processo Penal e entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

- (A) a perícia realizada em parte do material apreendido, por amostragem, é suficiente para evidenciar a materialidade do crime de violação autoral.
- (B) a perícia realizada no material apreendido é imprescindível para evidenciar a materialidade do crime de violação autoral, já que não realizada por perito oficial.
- (C) errou o Juiz da causa ao determinar a citação do acusado para apresentação de resposta à acusação, pois, conforme expressamente dispõe o Código de Processo Penal, o procedimento comum não se aplica ao processo de julgamento de crimes contra a propriedade imaterial.
- (D) nos crimes contra a propriedade imaterial, processáveis por ação penal privada, a busca e apreensão será realizada por dois peritos, nomeados pela Autoridade Policial.
- (E) errou o Juiz da causa ao habilitar a associação como assistente da acusação, pois somente a vítima, em nome próprio, pode exercer referido papel.

49. A, estudante de medicina, foi condenado por tráfico de drogas (art. 33, da Lei nº 11.343/06), em virtude de, nas dependências do Hospital da Universidade Federal Pública em que estuda, em comemoração ao aniversário de 21 (vinte e um) anos, fornecer, gratuitamente, aos demais colegas, drogas sintéticas (*ecstasy*). Em virtude de A ser primário, ostentar bons antecedentes, não se dedicar a atividade criminosa e nem integrar associação criminosa, o Juiz aplicou a causa de diminuição de pena, prevista no § 4º, art. 33, da Lei nº 11.343/06, no patamar máximo de 2/3 (dois terços), resultando pena de reclusão de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, em regime inicialmente fechado.

A respeito do caso hipotético, nos termos das legislações 8.072/90 (Crimes Hediondos) e 11.343/06 (Drogas), bem como da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmação correta.

- (A) Em virtude de A ter sido condenado por tráfico de drogas, equiparado a crime hediondo, poderá progredir de regime após cumprir 3/5 (três quintos) da pena imposta, sendo vedada, contudo, a aplicação de anistia, graça e indulto.
- (B) Uma vez aplicada causa de diminuição da pena, prevista no § 4º, art. 33, da Lei nº 11.343/06, o crime perde a natureza hedionda.
- (C) Em virtude de o crime de tráfico de drogas ter ocorrido nas dependências de Universidade Federal Pública, o processo de A tramitou perante a Justiça Federal.
- (D) Em virtude de A ter sido condenado por tráfico de drogas lhe é vedado recorrer em liberdade.
- (E) Em sede de instrução do processo, na resposta, consistente em defesa preliminar, A pôde arrolar até 08 (oito) testemunhas de defesa.

50. A Lei nº 8.666/93 (Licitações), na parte que disciplina o processo e julgamento dos crimes nela previstos,

- (A) estabelece que referidos crimes são de ação penal pública, condicionada à representação do ente público vítima.
- (B) prevê que o interrogatório do réu é feito no início do processo e, após sua realização, inicia-se o prazo para a apresentação da defesa escrita.
- (C) estatui que da sentença cabe recurso em sentido estrito.
- (D) confere aos Tribunais ou Conselhos de Contas jurisdição para processar e julgar os crimes nela previstos.
- (E) é omissa quanto à aplicação subsidiária do Código de Processo Penal Brasileiro.

51. O contrato individual de trabalho

- (A) é o acordo tácito ou expresso correspondente à relação de trabalho.
- (B) poderá ser tácito ou expresso.
- (C) deve ser escrito.
- (D) poderá ser por prazo determinado ou indeterminado, a critério do empregador.
- (E) deve ser por prazo indeterminado, salvo quando se tratar do contrato de aprendizagem.

52. O salário estipulado por mês deve ser pago

- (A) até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, independentemente de qualquer outra circunstância.
- (B) em moeda corrente do País, salvo se estipulado em moeda estrangeira.
- (C) em dia útil e no local de trabalho, não se admitindo o depósito em conta bancária.
- (D) até o último dia útil do próprio mês vencido se referida condição estiver prevista em norma coletiva da categoria profissional.
- (E) até o quinto dia do mês subsequente ao vencido, salvo a existência de condição mais benéfica.

53. Os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

- (A) são devidos nas situações de interrupção do contrato de trabalho.
- (B) reverterem ao empregador na despedida por justa causa.
- (C) não são compatíveis com as estabilidade provisórias no emprego.
- (D) são indevidos no período de licença-maternidade.
- (E) são calculados sobre todos os valores pagos ao empregado.

54. A prescrição trabalhista

- (A) não se sujeita à interrupção.
- (B) aplica-se ao empregado adolescente.
- (C) não se aplica às ações que tenham por objeto as anotações para fins de prova junto à Previdência Social.
- (D) não se aplica aos contratos de aprendizagem.
- (E) tem tratamento idêntico à decadência.

55. A organização sindical brasileira
- (A) goza de autonomia absoluta perante o Estado.
 - (B) admite a criação de sindicatos por empresa, quando prevista em convenção coletiva de trabalho.
 - (C) goza das características da unicidade e bilateralidade.
 - (D) está consagrada como um sistema federativo.
 - (E) tem as centrais sindicais como órgãos de cúpula.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

56. O arquivamento da reclamação por ausência do reclamante à audiência
- (A) enseja coisa julgada meramente formal.
 - (B) enseja coisa julgada formal e material.
 - (C) não comporta recurso.
 - (D) pode ser objeto de agravo de instrumento.
 - (E) suspende a contagem do prazo prescricional.
57. No processo do trabalho, os embargos de declaração
- (A) admitem efeito modificativo, independentemente de intimação da parte contrária.
 - (B) suspendem o prazo para interposição de outros recursos em qualquer circunstância.
 - (C) interrompem o prazo para interposição de outros recursos, em qualquer circunstância.
 - (D) podem ser opostos para sanar manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
 - (E) podem ser julgados na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação.
58. Contra as decisões terminativas das Varas do Trabalho, é cabível
- (A) agravo de instrumento no prazo de oito dias úteis.
 - (B) agravo de instrumento no prazo de oito dias.
 - (C) recurso ordinário no prazo de oito dias.
 - (D) mandado de segurança, no prazo de 120 dias, quando se tratar da violação de direito líquido e certo.
 - (E) recurso ordinário, desde que não se trate de demanda sujeita ao procedimento sumaríssimo.

59. Garantida a execução ou penhorados os bens, o executado terá
- (A) cinco dias úteis para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
 - (B) cinco dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
 - (C) quarenta e oito horas para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
 - (D) oito dias úteis para interpor agravo de petição, cabendo igual prazo ao exequente para contraminuta.
 - (E) oito dias para interpor agravo de petição, cabendo igual prazo ao exequente para contraminuta.
60. A antecipação de tutela concedida por juiz do trabalho é passível de impugnação por
- (A) mandado de segurança, desde que anterior à sentença.
 - (B) agravo de instrumento.
 - (C) correção parcial, desde que se trate de *error in iudicando*.
 - (D) mandado de segurança em qualquer circunstância.
 - (E) pedido de revisão.

